



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

16
L

159

Embargos de Declaração: nº 186756-7/02

Embargante: Instituto Ambev de Previdência Privada

Embargado: Walter Ferreira de Araújo

Relator: Des. Eduardo Sertório

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO LEGAL. APELAÇÃO CÍVEL. PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO DOS ARTS. 113, §2º, E 267, VI, DO CPC, 643 DA CLT E 114 DA CF. MATÉRIA DEVIDAMENTE ENFRENTADA NO ACÓRDÃO EMBARGADO. EMBARGOS REJEITADOS.

5459

1. A matéria já se encontra prequestionada implicitamente no acórdão recorrido (enfrentamento das questões, embora sem indicação dos dispositivos de lei). Precedentes do STJ.
2. Embargos Rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração nº 186756-7/02, em que figura como embargante o Instituto Ambev de Previdência Privada e, como embargado, Walter Ferreira de Araújo, **ACORDAM** os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade, em **REJEITAR** os embargos de declaração, na conformidade do relatório, voto e ementa que integram este julgado.

Recife, 11/12/09

EDUARDO SERTÓRIO
Desembargador Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

17
✓
160

Embargos de Declaração: nº 186756-7/02

Embargante: Instituto Ambev de Previdência Privada

Embargado: Walter Ferreira de Araújo

Relator: Des. Eduardo Sertório

RELATÓRIO

Cuido de Embargos de Declaração (fls. 02/06) opostos pelo Instituto Ambev de Previdência Privada, contra acórdão (fl. 34) que negou provimento ao seu recurso de agravo, nos autos da Ação Ordinária de Reparação e Complementação de Previdência Privada, ajuizada por Walter Ferreira de Araújo.

Em suas razões recursais, a embargante pretende apenas o prequestionamento dos arts. 113, §2º, e 267, VI, do CPC, 643 da CLT e 114 da CF.

Ao final, requer sejam apreciados os artigos citados, para fins de prequestionamento.

É o relatório.

Recife, 11/12/01


EDUARDO SERTÓRIO

Desembargador Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

18
✓

161

Embargos de Declaração: nº 186756-7/02

Embargante: Instituto Ambev de Previdência Privada

Embargado: Walter Ferreira de Araújo

Relator: Des. Eduardo Sertório

VOTO

Exsurge dos presentes embargos uma única questão, qual seja, a intenção de prequestionamento dos arts. 113, §2º, e 267, VI, do CPC, 643 da CLT e 114 da CF, através dos presentes embargos.

Não há como acolher a pretensão do recorrente, isto porque os artigos acima citados já se encontram devidamente enfrentados no acórdão rechaçado, aplicando-se-lhes o instituto do prequestionamento implícito, pois a falta de indicação de dispositivo legal não implica sua não apreciação, sendo o acórdão embargado, na forma em que se encontra, suficiente para caracterizar a efetiva apreciação do feito e o prequestionamento da matéria.

O STJ, inclusive, tem posicionamento reiterado nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. PRESENÇA DE OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS COM EFEITOS INFRINGENTES. RECURSO ESPECIAL. **PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. ADMISSÃO.** RECURSO ADESIVO. AUSÊNCIA DE MENÇÃO AO ART. 500 DO CPC. RAZÕES RECURSAIS QUE EXPRESSAM A INTENÇÃO DE RECORRER DE FORMA ADESIVA. CONHECIMENTO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ NÃO CONFIGURADA. EXCLUSÃO DA PENALIDADE IMPOSTA.

1. Conforme entendimento consolidado nesta Corte, **admite-se o prequestionamento implícito**, para fins de conhecimento do recurso especial interposto pela alínea a do permissivo constitucional, **quando as questões debatidas no recurso especial tenham sido decididas no acórdão recorrido, ainda que sem a explícita indicação dos dispositivos de lei que o fundamentaram.**

2. Na hipótese dos autos, configurado está o prequestionamento implícito do tema referente à infringência ao art. 500 do CPC, porquanto a questão referente à tempestividade do recurso adesivo foi o ponto central para o não conhecimento da apelação.

(EDcl no REsp 691.653/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/03/2009, DJe 07/04/2009)(grifos)

E mais:

PROCESSUAL CIVIL - TRIBUTÁRIO - COMPENSAÇÃO DE OFÍCIO - RETENÇÕES INDEVIDAS - IMPOSSIBILIDADE - PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO - POSSIBILIDADE.

1. O prequestionamento é o enfrentamento de questão jurídica pela Corte regional sem a necessidade de expressa alusão à norma jurídica aplicada.

2. É ilegal a conduta da Administração tributária que procede à compensação de ofício de créditos do contribuinte, decorrentes de indevidas retenções em proventos de aposentadoria especial de anistiado com débitos do mesmo contribuinte, sem sua anuência.

3. Precedentes da 1ª e 2ª Turmas.

4. Recurso especial não provido.

(REsp 948.361/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 25/03/2009)(grifos)

162

Assim sendo, a matéria já se encontra prequestionada, pois a decisão abordou todas as questões postas em debate, mesmo sem expressa indicação dos dispositivos legais que lhe serviram de fundamento.

Em face do exposto, **REJEITO** os presentes embargos de declaração, mantendo o acórdão vergastado pelos seus próprios termos.

É como voto.

Recife, 11/12/05


EDUARDO SERTÓRIO
DESEMBARGADOR RELATOR